



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28-09-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e todas.

Estou eu e, de forma *on-line*, o Vereador Isac Felix, nosso Vice-Presidente. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 15ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano de 2023.

Esta audiência tem como objetivo debater as metas fiscais do segundo quadrimestre de 2023, atendendo ao disposto o art. 9º, parágrafo IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pelo Youtube e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 21/09/2023, e *Folha de S.Paulo*, dia 25/09/2023, no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 12/09/2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 11/09/2023, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Foram convidados os Srs.: Luiz Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, que enviou *e-mail* informando que tinha intenção de participar presencialmente da audiência pública sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não será possível, pois foi convocado pelo Sr. Prefeito para acompanhá-lo em viagem à Brasília neste dia. Está representado nesta audiência pública pelo Secretário-Adjunto da Fazenda, Fabiano Martins de Oliveira e pelo Chefe de Assessoria Econômica, Ricardo Sakamoto; também, Eduardo Tuma, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que está representado pelo Assessor de Gabinete, Dr. Adriano Cremonesi; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Muito bem. Muito obrigado Fabiano, Dr. Adriano, Aluísio.

Conforme a nossa tradição, nós começaríamos com uma exposição, é isso, Dr. Fabiano?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Exatamente, Vereador. Eu tenho uma breve exposição.

Antecipo um bom dia a todos e a todas que nos acompanham.

Vereador Jair Tatto, mais uma vez, obrigado pelo espaço. A gente está cumprindo aqui um preceito legal da LRF, mas, mais do que isso, é um espaço em que a Câmara Municipal recebe para explicar e debater os números que temos nas finanças do município, posso iniciar com a nossa exposição.

Aproveito para cumprimentar, vejo que os Vereadores Aurélio, Isac Felix, Sidney Cruz que parece que está *on-line* também.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há dois relatores: um da LDO e o outro foi o relator da LOA, Vereador Sidney Cruz, nosso querido membro da Comissão.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Vereadores que também fizeram o trabalho. Da nossa parte, só temos elogios ao trabalho da relatoria, tanto da LDO, quanto da LOA.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dr. Fabiano, então, eu já abro para o senhor fazer a exposição.

As inscrições estão abertas e, no término da exposição, encerramos as inscrições.

Pode ficar à vontade.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Vamos nessa.

Eu também quero dar um bom dia ao Adriano Cremonesi, que não citei no início da minha fala.

Vou compartilhar minha tela. Iniciamos se todos estiverem com apresentação na tela.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá.

- Problemas técnicos.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – A gente vai tratar, hoje, do relatório de

gestão fiscal. São os números do segundo quadrimestre.

Já antecipo que os quadros que vamos apresentar mostram números comparados de janeiro a agosto, os dois primeiros quadrimestres.

- O orador passa a compartilhar imagens virtualmente.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Primeiro, das receitas; depois, das despesas; e, por fim, dos resultados parciais do exercício do segundo quadrimestre fechado.

Iniciando pelas receitas, nós temos a nossa receita consolidada, a última linha deve aparecer a todos, 66 bilhões de reais; um incremento nominal de 7,7%, um pouquinho acima da inflação; teve um pouco mais de 2% de incremento real, comparando, claro, aos 61,3 milhões de janeiro a agosto de 2022. Boa parte dessas receitas são receitas correntes, totalizando 58,7 milhões, na primeira linha deste quadro, com um incremento de 7,6 milhões. Nossas receitas de capital totalizam 1,8 bilhão, menor do que aconteceu ano passado, que eram 3,1 bilhões, uma redução de 42%.

Em relação às receitas correntes, abrindo um pouco mais para os números de receita corrente, as principais receitas que a gente dispõe do município, as recorrentes, são as nossas receitas tributárias. Essas receitas de impostos, que totalizam 35 bilhões. Além disso, as transferências, principalmente de ICMS, IPVA, que vou detalhar nos próximos quadros, totalizam 15 bilhões de reais.

As outras receitas, embora de valores elevados, em termos comparados, colocamos junto às receitas de impostos e transferências, mas são receitas mais residuais: contribuição, patrimonial e de serviço, além das outras receitas correntes. Seguindo em linha, aquele incremento na receita de impostos de 7,7%. Essas receitas estão mais alinhadas com o incremento total das receitas, que estavam no *slide* anterior.

Já as receitas de transferência, eu estou me atendo mais a essas duas, porque são as principais: a receita de impostos na primeira linha; receita de transferências, na antepenúltima

linha, a terceira de baixo para cima, os 15,4 bilhões, com incremento nominal de 5% apenas nesse incremento nominal de 0,5% que era a base de uma queda real. Quando a gente desconta a inflação, tem mais de 4% de queda real. A gente vai ver a razão disso um pouco adiante, naturalmente, foi o ICMS e toda uma discussão que a gente teve, principalmente, com as receitas do ICMS, ao longo do ano passado e deste ano. Então, daí vem, principalmente, a redução nessas receitas. Como disse, um total de 58,7 bilhões de reais, 7,3% de aumento.

E as principais receitas tributárias, detalhando um pouco mais essas receitas correntes, as receitas de impostos, no *slide* anterior, a principal delas é o IPTU seguida do ISS, que são nossas receitas próprias. O ITBI também possui um valor expressivo, dois bilhões de reais, muito embora a arrecadação do ITBI tenha caído, em relação ao ano passado, mas tivemos incremento, tanto no IPTU, quanto no ISS. O incremento no IPTU 5%, bem alinhado com a inflação, o índice de inadimplência permaneceu praticamente o mesmo, inalterado, o incremento na arrecadação do IPTU ocorre principalmente pela variação da inflação.

O ISS – Imposto Sobre Serviços, 18 bilhões, nós tivemos um aumento de 9,8%, pouco mais de 4% de ganho real, considerando a inflação de 5%. Descendo um pouco mais, a gente vai olhar para as duas últimas linhas que tratam do ICMS e do IPVA, principalmente no ISS, onde tivemos uma queda nominal de 10%, e essa queda está relacionada basicamente com todas as mudanças de alíquota que houve ano passado e neste ano, e que para este ano impactam significativamente na arrecadação, lembrando que não temos desde o mês de abril, último mês que recebemos do Governo Federal a compensação de perdas pelo ICMS. De fato, a queda no ICMS teve um impacto negativo.

No IPVA tivemos um incremento, num primeiro momento compensa, se olharmos para os números, o valor da queda do ICMS e o ganho no IPVA, os números são praticamente de mesma grandeza. O incremento no IPVA, a gente precisa entender que ele ocorre de uma situação pontual, que não deve ocorrer nos próximos exercícios. Na verdade, o Governo do Estado passou a receber IPVA com pagamento por cartão de crédito, facilitando o parcelamento, mas o parcelamento no cartão acaba entrando à vista para o município, e isso reduziu um pouco

a inadimplência do IPVA. E mesmo que continue para os próximos exercícios, nós não vamos ter saltos de arrecadação como tivemos num primeiro momento, ao contrário do ICMS que, de fato, é uma perda perene. Então o incremento no IPVA não reverbera nos próximos exercícios, embora de alguma forma tenha nos ajudado, em termos de arrecadação, desse segundo quadrimestre.

As nossas receitas de capital totalizam 1,8 bilhão, uma queda de 42%, essa queda está mais concentrada nas Outras Receitas de Capital, especialmente nas receitas de alienação, algumas alienações não estão na segunda linha, mas na linha de alienação de bens. Ano passado tivemos 2,5 bilhões, este ano apenas 1 bilhão. Apenas, entre aspas, porque a grandeza dos números do orçamento da Prefeitura é bem alta, os números são bem elevados. Quando se fala: apenas 1 bilhão de reais, não é que 1 bilhão de reais seja pouco, muito pelo contrário, mas em números relativos é cerca de 1% ou até um pouco menos do orçamento. Então tivemos uma redução nas receitas de capital. Aliás, nessas receitas de capital, claro, a gente também inclui as operações urbanas, que este ano tiveram uma arrecadação menor.

Seguindo, entramos na segunda parte da apresentação: despesas. Nas despesas, optamos por falar nas despesas consolidadas. Nós temos dois quadros mostrando os mesmos números consolidados, um deles com as despesas intraorçamentárias e outro sem as despesas intraorçamentárias, e isso muda um pouco os números. As despesas intraorçamentárias são aquelas que transitam dentro do orçamento, são as despesas que um órgão paga para uma entidade dentro do próprio orçamento, como por exemplo, a Prefeitura paga obrigação patronal previdenciária para o Iprem, que é uma entidade, uma autarquia que faz parte do orçamento fiscal da Prefeitura. Então esse pagamento é considerado intraorçamentário, dentro do orçamento. E o Iprem também recebe esses valores como receitas intraorçamentárias. Então, falando dos números com essas despesas, nós temos um total de 58.6 bilhões de despesas liquidadas; 53,9 em despesas correntes; 4,7 bilhões em despesas de capital. Tivemos um incremento de 21% de liquidações de janeiro a agosto nas despesas correntes; e 88% no incremento das liquidações das despesas com capital. E a gente vai olhar um pouco adiante o

detalhamento disso, esses 88% basicamente estão relacionados ao aumento na liquidação de investimentos pela Prefeitura este ano.

No mesmo quadro, tirando as despesas intraorçamentárias, são 48 bilhões liquidados em despesas correntes; 4,7 bilhões liquidados das despesas de capital. As despesas correntes, claro, caem de 22% para 18%, e as despesas de capital caem muito pouquinho, de 88 para 87,9, até porque temos poucas despesas intraorçamentárias de capital, temos bem mais despesas correntes, no caso das intraorçamentárias, totalizando 52,9 bilhões de reais liquidados até agosto.

Falando das despesas correntes aí no quadro com as despesas intraorçamentárias, temos um total de 53.9 bilhões. E a gente abre aqui os grupos de despesas: com pessoal, juros e encargos da dívida, e outras despesas correntes. Temos o pessoal, juros e encargos 21%. Boa parte desse incremento das despesas com pessoal ocorre por conta do aumento no valor do aporte... Perdão, volta a fita aqui: o aumento da despesa com pessoal, ele está basicamente relacionado ao incremento na obrigação patronal. Nas outras despesas correntes temos aí sim o incremento do repasse para o Iprem, e o aporte segundo os ditames da reforma previdenciária, a gente tem o valor do imposto de renda, o equivalente recebido do imposto de renda é transferido diretamente ao Iprem, e esse incremento está em Outras Despesas Correntes. Isso corrobora nesse incremento de 22% nas outras despesas correntes. Isso estava no Orçamento de 2022, porém o valor de 2022 até agosto é menor porque isso começou a vigorar a partir do mês de maio de 2022. O primeiro aporte foi feito no mês de maio de 2022, então o número de 2022 está subdimensionado se comparado a 2021, o que aumenta esse percentual para 22%.

Lá nas Despesas com Pessoal nós tivemos um incremento na obrigação patronal. Além da obrigação patronal, nós tivemos o RGA aprovado na Câmara recentemente, que replica para ativos e inativos, claro, para aqueles que têm paridade e integralidade o valor de 5% dado no RGA. Nos encargos da dívida, os valores reduziram bastante por conta da negociação feita com o Governo Federal pelo Campo de Marte, que liquidou o contrato de dívida que o município de São Paulo tinha com o Governo Federal.

O total, como eu disse, 53,9 bilhões, 21.8% de aumento nas despesas com os repasses intraorçamentários. Eu citei alguns aqui, como a obrigação patronal e o repasse equivalente ao imposto de renda para o Iprem.

Essas despesas intraorçamentárias, pessoal sobe 17,9%, os juros de encargos da dívida não se modificam, porque não há despesa intraorçamentária nesse grupo, mas as despesas correntes possuem, excluindo essas intraorçamentárias, há um incremento nas liquidações de 18,5%.

Já as despesas de capital, incluindo as intraorçamentárias, são bem marginais, quando comparadas às intras das despesas correntes. O principal incremento que nós temos é o incremento dos investimentos. No ano passado, 1,6 bilhão liquidado nos primeiros dois quadrimestres, neste ano, 4,3 bilhões, um incremento significativo, dá 168% de aumento nas liquidações de investimento.

A amortização da dívida segue o mesmo caminho dos juros, com a renegociação do Campo de Marte, o valor da dívida reduziu expressivamente. Então temos aí um decréscimo, no caso da amortização, de 52,6%, caindo de 921 para 437 milhões pagos este ano.

Os mesmos números sem os componentes intraorçamentários praticamente inalterados. Aqui a gente teve pouco intraorçamentário.

Passando um pouquinho agora no quadro de restos a pagar processados e não processados. Explicando o conceito, restos a pagar são todas as despesas que terminado o exercício, em 31 de dezembro, ainda não foram pagas, mas estão de alguma forma empenhadas.

Se essas despesas empenhadas já foram liquidadas no término do exercício, mas não foram pagas, elas são chamadas restos a pagar processados. Se eles não foram liquidados são restos a pagar não processados. Em 31 de dezembro de 2022, os nossos restos a pagar totalizavam 11,7 bilhões de reais. Até o momento, foram pagos 6,6 bilhões de reais, foram cancelados 799 milhões de reais, o que nos dá, neste momento, um saldo de restos a pagar ainda de 4.2 bilhões de reais.

Essa é a fotografia dos nossos empenhos de 2022 que, de alguma forma, ainda não foram pagos, mas continuam no sistema liquidados a pagar ou aguardando liquidação para pagamento.

Mostrando um pouco agora os resultados parciais do exercício, falando do resultado orçamentário, inicialmente. Resultado orçamentário comparando receitas e despesas dentro do orçamento fiscal, dentro do nosso orçamento, tivemos, até o momento, um resultado de 7,3 bilhões de reais. Olhando a despesa liquidada, tivemos 66 bilhões de reais.

Voltando aqui à explicação: olhando a despesa liquidada contra a receita realizada até o momento, temos 66 bilhões de reais de receita realizada, arrecadada, até o final do quadrimestre, contra 58 bilhões de reais liquidados, o que nos dá um resultado do período de 7,3 bilhões de reais, como falado inicialmente.

Nós temos hoje um orçamento atualizado de 96 bilhões de reais, no caso das receitas, e 107 bilhões de reais, no caso das despesas. Esse orçamento das despesas maiores decorre do fato de utilizarmos para as despesas públicas, além da receita do orçamento, de competência do orçamento, usamos também as receitas de superávit financeiro do exercício anterior. Por essa razão, a gente tem um orçamento de despesas um pouco maior do que o orçamento das receitas. As receitas de superávit financeiro não são de competência do exercício, portanto não são contabilizadas dentro do quadro. Embora as despesas estejam empenhadas no exercício, mesmo que com lastro em superávit financeiro, essas são de competência do exercício.

Falando em resultado primário, no segundo quadrimestre, primário e nominal. Vou passar pelo quadro, mostrando um pouco dos números. O resultado primário acima da linha é medido por conta do pagamento das despesas. Aqui não são despesas empenhadas ou liquidadas, mas são despesas pagas no exercício. Aí não importa também a competência, estou falando aqui de pagamento mesmo, de financeiro, aquilo que foi pago, seja de restos a pagar do ano passado, dos anos anteriores, seja de despesas do ano.

Receitas primárias arrecadadas no exercício. Qual é a nossa fotografia do momento?

55,3 milhões de receitas primárias, auferidas até o momento, 48,6 milhões de despesas primárias pagas, restos a pagar processados pagos 414 milhões, restos a pagar que estavam inscritos como não processados e que foram pagos 6,2 milhões, o que totaliza um total de 55 milhões de reais de despesa primária. Então, 48 do exercício, 414, e 6,2 de restos a pagar que foram pagos neste ano, 55,3 milhões pagos, contra os outros 55.3. O resultado primário aí deu 72 milhões positivo.

A gente colocar aqui a meta de resultado fiscal, definida na LDO, o resultado de déficit fiscal de 7,4 milhões. A gente lembra que essa diferença conversa entre os 72 milhões positivos e os 7 milhões negativos, conversa com o quadro anterior em que nós mostramos as despesas maiores do que as receitas dentro do orçamento. A expectativa de pagamento de despesas é maior do que o auferimento de receitas no exercício, lembrando que a gente utiliza o saldo financeiro de superávit. Por essa razão, a meta de resultado fiscal, o resultado primário, definida na LDO, é negativo em 7,3 milhões.

Quando a gente traz para esse número o resultado financeiro - peço até desculpas aqui por não ter conceituado o resultado primário e o resultado nominal. Para a gente entender um pouco melhor esses números, o resultado primário trata basicamente daquelas receitas e despesas que são ordinárias no dia a dia, da operação da Prefeitura. Isso exclui o que nós chamamos de resultado financeiro, que são despesas e receitas de origem financeira.

O resultado primário alcançado por 72 milhões positivo, ou seja, tivemos mais receitas operacionais do dia a dia, receitas tributárias, receitas de transferências, do que as despesas operacionais desse mesmo dia a dia, que é o pagamento de todas as políticas públicas que a Prefeitura executa ao longo do ano com saúde, com educação, com assistência social e tudo mais. Esse resultado foi positivo em 72 milhões de reais. Essa é a fotografia do quadrimestre.

A gente tem ainda o resultado nominal, que soma esses 72 milhões de reais ao resultado financeiro, quanto houve de resultado financeiro. O resultado financeiro totaliza 3.3 positivos, 1.9 negativo, no caso de juros, o que nos dá o resultado nominal de 1.5 bilhões

positivos. O resultado previsto na LDO é 9.5 negativos. Esse resultado 9.5 negativos, ele também começa, naturalmente, com o resultado primário negativo de 7.4, que está relacionado ao pagamento das despesas que se utilizam no superávit financeiro ao longo do ano. Isso deve se intensificar nesse terceiro quadrimestre, porque as nossas receitas ordinárias, as receitas do ano, entram num volume maior no primeiro semestre do ano, e as nossas despesas aumentam no segundo semestre do ano. A gente tem uma fotografia que, normalmente, nos mostra arrecadação maior que as despesas do primeiro semestre. Estamos tratando já, inclusive, de dois meses do segundo semestre, então, o segundo quadrimestre. Mas o segundo semestre do ano trata, principalmente, do terceiro quadrimestre, relata sempre uma fotografia diferente, uma despesa maior do que a receita.

Para encerrar, caminhando já para o encerramento dessa apresentação, a gente tem os postos limites sobre a receita corrente líquida. A gente também trabalha olhando bastante para esses limites. Os gastos totais de pessoal, inicialmente, os números mostram 31% de gastos totais de pessoal contra o limite de 60%, limite inicial de 57%. Estamos dentro dos limites de despesas com pessoal.

As garantias de valores. Os totais de garantia ofertados pelo município, 0%. A gente não tem a garantia, 30, e temos 22% dado como limite na Resolução do Senado Federal. Então estamos absolutamente tranquilos em relação a esse limite. A mesma coisa sobre as operações de créditos. Temos um limite de 16% na Resolução do Senado Federal para operação de crédito. Limites sobre a nossa receita. Esses percentuais que estou citando aqui são sempre sobre a nossa receita corrente líquida e o número da receita corrente é dada aí no final do quadro, 82. 2 milhões. Então teríamos um limite de 16% nesses 82 milhões, mas temos 0,04% aplicado, na prática. Nossas operações de crédito totalizam, hoje, 0.4% da nossa receita corrente líquida, com o limite de 16%. Temos margem para realizar operação de crédito.

Entrando na antecipação de receita, 7% da receita corrente líquida, esse é o limite dado pelo Senado, mas a gente não tem antecipação de receita realizada. Esses são os nossos limites percentuais. Falando ainda de um outro componente importante, a dívida consolidada

líquida, nossa dívida consolidada em agosto de 23, segundo quadrimestre, 19.8 bilhões. Temos uma dedução de 31 bilhões, o que nos mostra uma dívida consolidada líquida negativa de 12 bilhões. A compreensão desse número não é tão óbvia, mas uma dívida consolidada líquida basicamente nos diz, em termos práticos, que nós temos capacidade financeira de honrar os compromissos de dívida contratual da municipalidade. Basicamente, esse é o número. As deduções da dívida consolidada são a disponibilidade de caixa e os depósitos restituídos. Por isso nós temos uma dívida consolidada líquida, hoje, na casa de 12 bilhões negativos.

Aqui é um quadro mostrando essa trajetória histórica da dívida consolidada líquida desde 2001. Nós andamos acima do limite de endividamento e isso foi quebrado lá em 2016, quando foi feita a primeira parte do acordo do Campo Marte, o que nos colocou abaixo do limite de endividamento. Pela primeira vez, em quase 16 anos, 15 anos, a Prefeitura conseguiu ficar abaixo do limite de endividamento e esse valor vem abaixando, até que desde dezembro do ano passado, estamos com uma dívida consolidada líquida negativa.

E é isso. Vereador Jair Tatto, devolvo-lhe a palavra. Mais uma vez agradeço a oportunidade e me coloco agora à disposição para eventuais dúvidas, esclarecimentos, como de praxe, e permaneço aqui à disposição da Casa, de todos e de todas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Fabiano.

Passo a palavra ao Tribunal de Contas, Dr. Adriano. Encerram-se as inscrições neste momento. Bem-vinda, Vereadora Rute Costa, membro da nossa comissão.

O SR. ADRIANO CREMONESI – Gostaria de agradecer o convite, o que faço em nome do Vereador Jair Tatto. Bom dia a todos e a todas que assistem a nossa audiência.

Cumprimento os demais vereadores, o que faço em nome do Vereador Isac Felix; os membros da Secretaria da Fazenda, Fabiano e o Ricardo, pela exposição. E encerro minha fala dizendo que os técnicos do Tribunal irão analisar os dados fornecidos pela Secretaria e o Tribunal permanece à disposição dessa Casa de Leis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Temos duas inscrições *on-line*. Sra. Gabriela Domingos Ribeiro Borne. Pausa (Ausente). Sra. Júlia Baptista Barros. (Pausa) Ausente.

Consulto a Vereadora Rute Costa e o Vereador Isac Felix se gostariam de se manifestar. (Pausa) Estão desconectados.

Fabiano, eu percebi no quadro que a disponibilidade... Primeiro ponto: é sobre os restos a pagar, que ainda não foram pagos 4.3 bilhões, dos 11, aguardando pagamento. Quais são essas despesas? Antes, a liquidação dos restos se encerrava no primeiro bimestre, agora se estende durante o ano todo. Esse é um ponto: 4.3 bi, que fecha agosto, ainda, com restos a pagar nesse valor. Vejo que a disponibilidade de caixa bruta era de 33.3 bi, segundo quadrimestre do ano passado. Agora você apresentou que essa disponibilidade está em 35.3 bi. É isso? Ou seja, dois 2 milhões a mais. Deu para entender quais são os dois questionamentos?

A última observação, a Câmara autorizou a Prefeitura a utilizar os recursos em caixa. Quais os problemas que a Prefeitura enfrenta para não conseguir gastar os recursos em caixa? São esses três questionamentos.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Positivo. Começando, me perdoe, posso começar a responder? Entendi os apontamentos. Sobre os restos a pagar, os principais valores, a grande maioria desses valores de restos a pagar que ainda não foram cancelados estão relacionados a investimentos, especialmente da Secretaria de Educação. Corresponde à maioria dos valores que temos hoje de restos a pagar. São obras já iniciadas, claro, obras que estão aguardando as medições para pagamento, principalmente Secretaria de Educação, especialmente a educação.

A disponibilidade de caixa, 33 para 35 milhões, isso reflete um pouco dessa questão de que as nossas receitas crescem mais no primeiro semestre e as despesas crescem mais no segundo semestre. A nossa expectativa é uma redução expressiva dessa disponibilidade de caixa, já inclusive a partir do mês de agosto. É para onde as receitas começam a inclinar bastante para baixo e as despesas começam a subir. Até por essa razão temos a expectativa desse resultado primário nominal negativo, utilizando o saldo financeiro, inclusive, do superávit dos

exercícios anteriores. Claro que a disponibilidade de caixa, uma parte expressiva relacionada a recursos vinculados e outra parte relacionada a recursos livres.

O terceiro apontamento é com relação à Prefeitura não conseguir gastar a disponibilidade de caixa. Existe um esforço do Governo e isso tem se intensificado bastante. Os números começam a mostrar o reflexo dessa intensidade de trabalho. Até onde mostramos, o número de liquidação de investimentos e os investimentos da despesa corrente também, comparado de 22 para 23, o aumento dessas liquidações na casa de 18%.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabiano, nós estamos colocando aqui sobre segundo semestre do ano passado, tá?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Os números são do segundo quadrimestre, comparando com o ano passado. Quando olhamos o valor do segundo quadrimestre do ano passado, das despesas liquidadas do segundo quadrimestre deste ano, despesas liquidadas, o aumento disso é acima do aumento das receitas. Ele sobe 18% nas despesas correntes e some quase 50% nas despesas de capital, em termos de liquidação, comparando com o mesmo período do ano anterior. Isso mostra um pouco dessa intensidade do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Houve um crescimento real.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Um crescimento real na realização das despesas, para que consigamos utilizar de fato e fazer a redução no caixa. Quando olhamos o número ele está maior ainda do que estava no ano passado, porque, como eu disse, as receitas crescem mais no primeiro momento do que no segundo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, a curva, né? Depois ela desce.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Depois ela deve decrescer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabiano, fala para mim outra coisa, nós estamos com 22% de uso na folha?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Nós estamos com... Não, o percentual é um pouco maior, Vereador, deixe-me retomar a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, eu acho que vi um quadro lá e aí sempre tem aquela dúvida, porque ali...nunca conseguimos chegar nas Organizações Sociais.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Trinta e um por cento os gastos totais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Trinta e um direto, né? Aí tem aquela dúvida ainda do que representa somando, então, os repasses.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Existe sim esse debate sobre as Organizações Sociais, se elas entram na despesa de pessoal ou não entram. Esses gastos totais apresentados aqui não computam, claro, esse gasto das OSs, o gasto com as Organizações Sociais. Esse é um debate que ainda não foi exaurido. Há uma corrente que defende a inclusão desses gastos, outra corrente não defende, usando os gastos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu falo até pelo próprio Governo, Fabiano, porque deve ser o menor gasto do país, se o limite prudencial é 54, podendo chegar em 60. Se você analisar, deve ser a folha mais enxuta do país, se for analisar, estou falando do que é direto.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Isso, gastos com pessoal do grupo do mesmo de despesas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas esse estudo uma vez eu solicitei, acho que seria possível um dia, né?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – A gente tem um número também, viu Vereador? Em termos técnicos, a Fazenda trabalha com esse número também, até por conta do debate, porque assim, se em algum momento a decisão for decisão legal, normativa, enfim, se isso ficar elucidado e de alguma forma as OSs entrarem do ponto de vista de despesa de pessoal para fins de RRF, a gente tem esse número, mas a gente se aproxima do 57, mas ainda fica um pouco abaixo, isso no último número que eu havia olhado, fica entre 53, 54% colocando as OSs, fica bem próximo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só a folha de pagamento obviamente, nada dos repasses gerais.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Não, fazendo essa segregação. É um

trabalho complicado das pastas de conseguir ainda fazer essa segregação. Tem sido encaminhado para a contabilidade, então se olhamos os números 54, 55%. Me parece, falando aqui não como Secretário Adjunto da Fazenda, mas como técnico da Secretaria da Fazenda, que sou há mais de dez anos, onze anos na Secretaria da Fazenda, eu acredito que seja um debate que ainda não esteja próximo do seu final, ainda tem bastante coisa para ser debatida aí, muito embora como eu disse, a gente tem esse número aqui na Secretaria para entendermos qual o caminho, quais são as vertentes que a gente pode obter, se esse número vier a computar para gasto de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, o Plano de Metas eu acho que vai dar para concluir tudo e mais um pouco, né? São 77, se não me engano.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – O esforço é para isso. Estamos trabalhando bastante para cumprir as metas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, deixe-me perguntar: o Adriano quer fazer mais uma observação? Não. Agradeço a nossa intérprete de libras, a Amenaída Jéssica da Silva Oliveira Souza e a Tainá Guimarães Rodrigues. Nós vamos nos encontrar, Secretário, deixe-me ver o calendário, acho que o Mário tem. Primeiro pergunto, a lei chegou, a LOA, na Câmara?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Deve chegar até amanhã, acredito que não tenha chegado ainda, deve chegar entre hoje e amanhã.

O SR. MÁRIO HORTA – Jair, não chegou ainda e a primeira audiência vai ser dia 4, quarta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, quarta-feira que vem, obrigatoriamente começa com a Secretaria da Fazenda, ok. Fazenda e TCM. Então está bom, muito obrigado mais uma vez por tê-los aqui. Quero registrar que vocês se colocaram à disposição de virem pessoalmente. Eu que tinha uma impossibilidade e ontem liguei para vocês dizendo que faríamos *on-line*, está bom? Faço o registro de que vocês se colocaram à disposição de estar presencialmente, eu é que solicitei que vocês pudessem fazer de forma *on-line*. Mário, acho que é isso, dia 4, ok, nenhum informe, e a lei deve chegar amanhã, Fabiano?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Isso, exato, conseguimos fechar hoje os números sempre com muita emoção. O orçamento de São Paulo é bem complexo, é uma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São 107 bilhões? Conforme a LDO? Isso você já sabe dizer?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – As receitas e as despesas juntas, 110. Aumentou um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aumentou então.

O SR. MÁRIO HORTA – Só para retificar, a Secretaria Municipal da Fazenda, TCM, Secretaria de Governo Municipal e Secretaria Municipal de Gestão, dia 4, nós vamos convidar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, então.

Nada mais havendo a tratar agradeço a vocês todos e todas. Estão encerrados os trabalhos.

Um abraço, muito obrigado.